Corredor Logística e Infraestrutura S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Setembro de 2026 e
Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre a
Revisão das Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e com a IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de novembro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

68944

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 30/09/2026	Controladora 31/12/2025	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	307.164	52.247	740.929	651.631
Contas a Receber	4	7.395	6.147	17.763	11.634
Estoques	5	5.405	4.515	11.709	9.703
Tributos a recuperar	7	9.299	3.946	33.799	27.191
Partes relacionadas	6	4.475	167.409	920	2.536
Dividendos a receber		-	8.723	-	-
Outros créditos		792	1.268	7.974	5.381
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		334.530	244.255	813.094	708.076
Ativo Não Circulante					
Aplicações financeiras	3	11.394	-	11.394	-
Estoques	5	-	-	6.681	6.636
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	20.396	13.143	96.938	98.784
Ativo indenizatório	17	-	-	31.421	34.658
Depósitos judiciais	17	27	92	1.497	1.872
Propriedades para investimentos	0	972	972	972	972
Investimentos	8	512.407	519.333	63	63
Imobilizado	10	202.326	206.938	979.670	819.278
Direito de uso	9	66.948	68.202	228.016	235.848
Intangível	11	361.617	385.919	1.190.533	1.276.007
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.176.087	1.194.599	2.547.185	2.474.118
TOTAL ATIVO		1.510.617	1.438.854	3.360.279	3.182.194

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 30/09/2026	Controladora 31/12/2025	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 31/12/2025
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	12.1	5.595	1.777	33.091	30.534
Empréstimos e debêntures	16	240.683	203.956	423.185	287.861
Obrigações trabalhistas		9.720	8.934	32.157	31.206
Obrigações tributárias	14	3.894	8.016	11.635	21.121
Passivo de arrendamento	13	12.539	12.996	39.873	42.474
Partes relacionadas	6	175	176	31.677	39.959
Dividendos a pagar	20	-	-	-	2.181
Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	60.864	229	60.864	229
Outras contas a pagar	12.2	3.765	2.456	23.235	15.192
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		337.235	238.540	655.717	470.757
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e Debêntures	16	358.695	358.163	1.567.673	1.544.096
Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	505.782	505.782	505.782	505.782
Passivo de arrendamento	13	82.625	82.089	242.840	240.758
Provisões para riscos	17	1.766	1.830	35.289	38.155
Outras contas a pagar	12.2	1.993	4.893	1.993	4.893
Obrigações trabalhistas		-	1.254	380	1.634
Total do Passivo Não Circulante		950.861	954.011	2.353.957	2.335.318
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		1.288.096	1.192.551	3.009.674	2.806.075
Patrimônio Líquido	19				
Capital social		161.822	161.822	161.822	161.822
Reserva de capital		167.389	149.725	167.389	149.725
Reservas de lucros		4.367	4.367	4.367	4.367
Ajustes de conversão		100.445	100.445	100.445	100.445
Prejuízos acumulados		(211.502)	(170.056)	(211.502)	(170.056)
		222.521	246.303	222.521	246.303
Participação de não Controladores				128.084	129.816
Total do Patrimônio Líquido		222.521	246.303	350.605	376.119
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.510.617	1.438.854	3.360.279	3.182.194

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais)

		Controladora				Consolidado			
	Nota explicativa	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita operacional liquida	23	86.633	212.941	63.161	179.140	299.959	707.658	230.747	656.650
Custo dos serviços prestados	24	(24.557)	(63.545)	(25.211)	(74.019)	(95.881)	(271.840)	(101.866)	(272.115)
Lucro Bruto		62.076	149.396	37.950	105.121	204.078	435.818	128.881	384.535
Receitas (despesas) operacionais:									
Despesas gerais e administrativas	24	(9.793)	(46.051)	(5.798)	(21.326)	(39.059)	(119.733)	(31.873)	(97.885)
Resultado Equivalência Patrimonial	8	15.837	(6.926)	(3.279)	(5.845)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(63)	(241)	(616)	(665)	(25.437)	(76.119)	(29.429)	(78.161)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		68.057	96.178	28.257	77.285	139.582	239.966	67.579	208.489
Receitas Financeiras	25	8.650	22.984	4.277	9.782	20.812	58.214	23.209	49.849
Despesas Financeiras	25	(46.875)	(146.465)	(36.792)	(118.013)	(108.998)	(315.582)	(98.218)	(289.533)
Variações cambiais, líquidas	25	(417)	(1.341)	(426)	(2.087)	(428)	(3.874)	(1.202)	(5.255)
Resultado financeiro líquido		(38.642)	(124.822)	(32.941)	(110.318)	(88.614)	(261.242)	(76.211)	(244.939)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		29.415	(28.644)	(4.684)	(33.033)	50.968	(21.276)	(8.632)	(36.450)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(4.691)	(20.055)	(3.453)	(8.208)	(4.691)	(20.055)	(3.453)	(8.208)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	6.185	7.253	852	2.270	(11.411)	(1.847)	3.981	4.227
Lucro (Prejuízo) do período		30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)	34.866	(43.178)	(8.104)	(40.431)
Atribuível a									
Participação dos acionistas da Companhia		30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	3.957	(1.732)	(819)	(1.460)
Lucro (Prejuízo) básico por ação (expresso em R$ por ação)	20	0,21	(0,29)	(0,05)	(0,27)				
Lucro (prejuízo) básico diluído por ação (expresso em R$ por ação)	20	0,19	(0,29)	(0,05)	(0,27)				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico por lote de mil ações apresentado em reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
PREJUÍZO DO PERÍODO	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)	34.866	(43.178)	(8.104)	(40.431)
Prejuízo abrangente do período	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)	34.866	(43.178)	(8.104)	(40.431)
ATRIBUÍVEL À								
Participação dos acionistas da controladora	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	3.957	(1.732)	(819)	(1.460)
TOTAL	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)	34.866	(43.178)	(8.104)	(40.431)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

		Atribuído à participação dos controladores								
			Reserva de Capital		Reserva de lucros	Ajuste			Participação dos	
	Nota explicativa	Capital social	Capital	Transações entre acionistas	Reserva de incentivos fiscais	acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total	acionistas não controladores	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		210.822	93.371	146.273	4.367	100.445	(148.219)	407.059	148.815	555.874
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(38.971)	(38.971)	(1.460)	(40.431)
Redução de capital social	19	(49.000)	(92.276)	-	-	-	-	(141.276)	(26.000)	(167.276)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2025		161.822	1.095	146.273	4.367	100.445	(187.190)	226.812	121.355	348.167
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		161.822	3.452	146.273	4.367	100.445	(170.056)	246.303	129.816	376.119
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(41.446)	(41.446)	(1.732)	(43.178)
Pagamento baseado em ações		-	17.664	-	-	-	-	17.664	-	17.664
EM 30 DE SETEMBRO DE 2026		161.822	21.116	146.273	4.367	100.445	(211.502)	222.521	128.084	350.605

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(28.644)	(33.033)	(21.276)	(36.450)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	38.377	37.680	160.920	165.215
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	25	146.473	119.906	303.714	293.347
Provisão para riscos, líquido	24	(64)	587	3.079	1.725
Resultado de equivalência patrimonial	8	6.926	5.845	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas e estoques		-	-	(3.408)	(383)
Reserva de pagamento baseado em ações ("stock options")		17.664	-	17.664	-
Outros		-	-	208	-
		180.732	130.985	460.901	423.454
REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS					
Contas a receber de clientes	4	(6.829)	2.977	(14.125)	13.454
Estoques	5	(890)	(900)	1.239	(910)
Partes relacionadas, líquidas	6	2.388	2.167	(11.691)	6.860
Impostos a recuperar	7	(5.353)	(835)	(5.786)	(6.132)
Depósitos judiciais e ativos indenizatórios		65	(40)	32	(203)
Outros ativos circulantes e não circulantes		476	1.833	(2.593)	390
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS					
Fornecedores	12.1	3.818	(3.090)	379	(3.023)
Obrigações tributárias	14	(5.414)	(3.446)	(10.146)	(193)
Partes relacionadas	6	-	(2.043)	4.475	3.611
Provisão para riscos		-	-	(2.365)	-
Outros passivos, líquidos		(1.592)	(3.331)	5.141	9.555
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		167.401	124.277	425.461	446.863
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.231)	(6.880)	(19.703)	(6.880)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		148.170	117.397	405.758	439.983
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adições no ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(4.390)	(3.560)	(194.178)	(115.035)
Adição de aplicação financeira - Sudene		(11.394)	-	(11.394)	-
Mútuos entre partes relacionadas	6	160.546	-	-	-
Aumento de capital em investida		-	104.000	-	-
Recebimento de dividendos de controlada		8.723	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		153.485	100.440	(205.572)	(115.035)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de novos empréstimos		-	-	-	272.217
Pagamento de juros sobre debêntures	16	(34.713)	(31.471)	(68.112)	(49.873)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	(3.740)	(3.186)	(12.158)	(11.060)
Pagamento de juros de arrendamento	13	(8.285)	(8.357)	(28.437)	(28.734)
Redução de capital	19.1	-	(141.276)	-	(167.276)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(2.181)	-
Mútuos entre partes relacionadas		-	(78.325)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(46.738)	(262.615)	(110.888)	15.274
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		254.917	(44.778)	89.298	340.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		52.247	200.031	651.631	354.528
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		307.164	155.253	740.929	694.750
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		254.917	(44.778)	89.298	340.222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas:	224.244	189.603	758.441	713.137
Receita de contrato com cliente	223.594	189.541	756.970	712.090
Outras receitas	650	62	1.353	1.447
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	118	(400)
			-	-
Insumos adquiridos de terceiros:	(34.054)	(43.188)	(154.762)	(155.482)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(15.730)	(26.799)	(84.476)	(89.434)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.324)	(16.389)	(70.286)	(66.048)
Valor adicionado bruto	190.190	146.415	603.679	557.655
Depreciação, amortização e exaustão	(38.377)	(37.680)	(160.920)	(165.215)
Valor adicionado produzido pela Entidade	151.813	108.735	442.759	392.440
Valor adicionado recebido em transferência	19.169	5.735	77.419	70.127
Resultado de equivalência patrimonial	(6.926)	(5.845)	-	-
Receitas financeiras	26.095	11.580	77.419	70.127
Valor adicionado total a distribuir	170.982	114.470	520.178	462.567
Distribuição do valor adicionado	170.982	114.470	520.178	462.567
Pessoal:	32.418	10.813	115.569	94.085
Remuneração direta	28.109	5.086	95.381	74.833
Benefícios	3.284	5.078	14.063	14.373
FGTS	1.025	649	6.125	4.879
Impostos, taxas e contribuições:	27.993	19.765	92.544	79.236
Federais	19.451	11.514	56.021	42.386
Estaduais	42	271	1.362	690
Municipais	8.500	7.980	35.161	36.160
Remuneração de capitais de terceiros:	152.017	122.863	355.243	329.677
Juros	150.917	121.898	337.135	312.869
Aluguéis	888	959	17.896	16.802
Outros	212	6	212	6
Remuneração de capitais próprios	(41.446)	(38.971)	(43.178)	(40.431)
Dividendos	-	-	-	-
Lucros (prejuízo) retidos no período	(41.446)	(38.971)	(41.446)	(38.971)
Participação dos acionista não controladores	-	-	(1.732)	(1.460)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("Companhia" ou "CLI") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011. Sua atividade principal, exercida diretamente ou por meio de participações em outras empresas, é a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários e rodoviários de cargas. Entre suas operações, destacam-se: serviços auxiliares ao transporte de cargas e logística, atuando como agente de transportadoras; agenciamento marítimo e operação portuária; serviços e logística de depósitos, incluindo armazenagem de cereais e produtos correlatos; consultoria de transportes; e operação de polos de transbordo rodoviário e ferroviário.

Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia detém 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui ("Consórcio"), cuja sede está localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, em São Luís, MA, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto contratualmente.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o contrato de concessão.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

Concessão do Terminal portuário de Santos

A Companhia, através de sua controlada direta CLI Sul S.A ("CLI Sul"), detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A CLI Sul é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

Ambos os contratos de concessão referentes às operações no Maranhão e em Santos, serão extintos ao término do prazo contratual, ou, antecipadamente, em caso de encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Ambiente macroeconômico e geopolítico

A Administração acompanha os desdobramentos do conflito no Oriente Médio, iniciado no final de fevereiro de 2026, que têm resultado em restrições e no aumento do risco de navegação no Estreito de Ormuz. Esse cenário tem refletido na volatilidade dos preços de energia, na elevação dos custos de frete e seguros internacionais, com potenciais reflexos indiretos em cadeias globais de suprimentos e no custo de insumos relacionados às atividades da Companhia.

Considerando a natureza de suas operações (prestação de serviços logísticos e de elevação portuária nos portos de Itaqui/MA e Santos/SP), a Administração avaliou os possíveis impactos desse cenário e, até a data de autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias, não identificou efeitos diretos materiais sobre sua posição patrimonial e financeira, desempenho operacional ou fluxos de caixa, tampouco eventos que demandem ajustes aos saldos contábeis em 30 de setembro de 2026.

Na elaboração destas informações financeiras intermediárias, a Administração considerou esse cenário em seus julgamentos e estimativas contábeis, em especial na avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo (CPC 01 (R1)), na recuperabilidade dos tributos diferidos ativos (CPC 32) e na mensuração das perdas de crédito esperadas (CPC 48). Com base nessa avaliação, não foram identificados efeitos sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho operacional ou os fluxos de caixa da Companhia em 30 de setembro de 2026.

Considerando que a duração e a extensão do conflito permanecem incertas, a Administração seguirá monitorando sua evolução, em especial quanto ao escoamento de grãos para a região. Eventuais alterações nas premissas serão refletidas prospectivamente nas estimativas contábeis, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Mudança de acionistas

Em 2 de junho de 2026, foi assinado contrato de compra e venda de ações entre, de um lado, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior (“PE SOPP FIP”) e SOPP Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“SOPP Infra FIP”), fundos de investimento geridos pela IG4 Capital, e Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“MIP V Fund” e, em conjunto com PE SOPP FIP e SOPP Infra FIP, os “Acionistas CLI”), fundo de investimento gerido pela Macquarie Asset Management, e, de outro lado ADP Brazil Ports Holdco S.A., subsidiária da AD Ports Group (“Compradora”), com a Companhia e Abu Dhabi Ports Company PJSC como anuentes, por meio do qual os Acionistas da Companhia se comprometeram a alienar à Compradora a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, representativas, nesta data, de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia. Ainda, tendo em vista que a Companhia detém 80% (oitenta por cento) das ações de emissão da CLI Sul, a Operação resultará na alteração de controle indireto da CLI Sul.

A conclusão da Operação dependia do cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Todas as condições foram cumpridas, e a Operação foi concluída em 1º de outubro de 2026.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, as informações seguem o CPC21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovado pela CVM Deliberação nº 673, de 20 de outubro de 2011, e estão em conformidade com a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"). As informações financeiras consolidadas da Companhia, portanto, estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - "International Financial Reporting Standards" ("IFRS").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e sua subsidiária.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à norma internacional IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente à norma internacional IAS 2) ou valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma internacional IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.5 para maiores detalhes.

A Administração tem, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras.

2.3. Base para consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras intermediárias da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em "resultado de equivalência patrimonial".

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em "outros resultados abrangentes".

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. A influência significativa é definida com o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, bem como os ativos e passivos de coligadas, são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. Caso exista qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, esse valor é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

A seguir, é apresentada a relação das controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como o investimento controlado em conjunto, em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025:

	30/09/2026	31/12/2025
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	80%	80%
Participação em controladas em conjunto:		
Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S.A.")	25%	25%

c) Participação de não controladores

A Companhia optou por mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente com base na participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Alterações na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Abaixo são apresentadas as principais áreas que envolvem estimativas, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas em cada uma:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada calculam e reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC48 (equivalente à norma internacional IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para "demurrage", estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresenta-se os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

- Provisão para "demurrage": Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.

- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.

- "Laytime" (Estadia de navio): Para alguns contratos da CLI Sul, o terminal possui a responsabilidade quanto ao "laytime" (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. São constituídas provisões para perdas relacionadas a processos judiciais sempre que a Administração avalia que a perda é provável e pode ser estimada com grau razoável de segurança, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A avaliação da probabilidade de perda e da mensuração das provisões considera, entre outros fatores, as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência aplicável, as decisões mais recentes proferidas pelos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões e avaliações técnicas emitidas por assessores jurídicos externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

f) Passivo de arrendamento

A mensuração do passivo de arrendamento é efetuada de acordo com o CPC06 (R2) - Arrendamentos, com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento. A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada utilizando, sempre que disponíveis, dados observáveis de mercado, como taxas de juros praticadas em operações de financiamento com prazos e características similares. Adicionalmente, a estimativa considera aspectos específicos da Companhia e de sua controlada, incluindo, entre outros fatores, o perfil e o "rating" de crédito, de forma a refletir as condições mais representativas que seriam aplicáveis a uma captação de recursos para a aquisição de um ativo de valor e prazo equivalentes ao do contrato de arrendamento, na data de início do contrato.

2.6. Sumário das principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas têm como objetivo proporcionar uma melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada.

As políticas e práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas e divulgadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não havendo modificações entre os períodos de elaboração.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a composição dos saldos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	19.087	15.000	63.020	58.152
Aplicações financeiras (i)	288.077	37.247	677.909	593.479
Subtotal de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	307.164	52.247	740.929	651.631
Aplicações financeiras - longo prazo (ii)	11.394	-	11.394	-
Total de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	318.558	52.247	752.323	651.631

(i) As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente referem-se, substancialmente aos investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remunerados à taxa de aproximadamente 99,79% do CDI em 30 de setembro de 2026 (100,89% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

(ii) As aplicações financeiras no ativo não circulante, no montante de R$11.394 em 30 de setembro de 2026, referem-se a depósitos mantidos em conta específica no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), vinculados ao incentivo fiscal de reinvestimento administrado pela SUDENE. O incentivo permite a destinação de até 27% do IRPJ devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de contrapartida de recursos próprios equivalente a 50% desse valor, para reinvestimento em projetos relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia no Porto de Itaqui, observadas as condições aplicáveis à sua liberação.

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Clientes estrangeiros	4.457	5.576	6.823	9.252
Clientes nacionais	1.946	1	10.975	2.957
Clientes Consórcio Tegram	992	570	992	570
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.027)	(1.145)
Total	7.395	6.147	17.763	11.634

A movimentação das perdas de créditos esperadas é detalhada conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.145)
Adição	-
Reversão de provisão	118
Saldo em 30 de setembro de 2026	(1.027)

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia e sua controlada mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	7.394	5.515	16.922	9.221
Créditos vencidos até 30 dias	-	631	-	631
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	-	1	844	1.641
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	1	-	1	146
Créditos vencidos acima de 361 dias	-	-	1.023	1.140
Total	7.395	6.147	18.790	12.779

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Peças e acessórios	4.836	4.141	15.265	11.268
Combustíveis e lubrificantes	4	4	852	691
Almoxarifado e outros	565	370	2.273	4.380
Total	5.405	4.515	18.390	16.339
Circulante	5.405	4.515	11.709	9.703
Não circulante	-	-	6.681	6.636

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R$2.388 em 30 de setembro de 2026 (R$5.678 em 31 de dezembro de 2025). No período, houve reversão de provisão de R$3.290, sem novas adições.

6. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas conforme apresentamos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativo circulante:				
CLI Sul S.A. (i)	4.475	167.409	-	-
Rumo S.A. (ii)	-	-	920	2.536
Total ativo circulante	4.475	167.409	920	2.536
Passivo circulante:				
Consórcio Tegram-Itaqui	175	176	175	176
Rumo S.A. (iii)	-	-	30.128	29.277
Raízen Energia S.A. e controladas (iv)	-	-	214	9.445
Outros	-	-	1.160	1.061
Total Passivo circulante	175	176	31.677	39.959

(i) O saldo de 31 de dezembro de 2025, refere-se ao contrato de mútuo celebrado com a sua controlada, CLI Sul, no montante de R$160.000, com vencimento em 2 de janeiro de 2026 e remuneração à taxa de juros CDI + 1.25%, o qual foi liquidado na data acordada no montante de R$160.560. O saldo de 30 de setembro de 2026, refere-se a gastos com pessoal compartilhados entre ambas as empresas, pendentes de recebimento.

(ii) Os saldos de contas a receber, classificados no ativo circulante, no montante de R$920, composto por reembolsos de gastos incorridos pela CLI Sul por conta e ordem da Rumo. (Em 2025, R$468 relativos a reembolsos de gastos e por R$2.068 referentes a recebíveis de performance).

(iii) O saldo de contas a pagar à Rumo S.A., classificado no passivo circulante em 30 de setembro de 2026, refere-se, principalmente, os saldos de "demurrage" no montante de R$18.520 (R$18.211 em 31 de dezembro de 2025), valores a serem reembolsado à Rumo S.A. de R$11.132, sendo que R$10.824 (vide nota explicativa nº 7) e outros saldos a pagar de R$476.

(iv) O saldo de contas a pagar, classificado no passivo circulante, de R$214 em 30 de setembro de 2026, refere-se a prêmios de performance a pagar, no montante de R$2.782 (R$28.279 em 31 de dezembro de 2025), compensados com saldos a receber por serviços de elevação, no montante de R$2.568 (R$18.834 em 31 de dezembro de 2025).

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período, a Companhia realiza uma análise detalhada sobre a recuperação dos valores a receber. Neste exercício, após a referida análise, não foi reconhecida nenhuma provisão para perdas relacionadas a partes relacionadas.

a) Transações com partes relacionadas

	Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	71.668	51.053
Rumo S.A.	-	388
Outros	-	849
	71.668	52.290

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Compras de produtos/insumos:				
Logispot Armazéns Gerais S.A. (ii)	-	-	(10.708)	(9.234)
Rumo S.A. (iii)	-	-	(6.931)	(1.711)
Outros	-	-	-	(127)
	-	-	(17.639)	(11.072)
Despesas compartilhadas:				
CLI Sul (iv)	9.448	12.150	-	-
	9.448	12.150	-	-

b) Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Salários e bônus	(1.983)	(1.275)	(8.622)	(5.544)
	(1.983)	(1.275)	(8.622)	(5.544)

(i) Refere-se a prestação de serviços para a Raízen Energia e a Raízen S.A. de armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).

(ii) Refere-se a locação de espaço para armazenagem no período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025 junto à Logispot Armazéns Gerais S.A., de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresa grupo Rumo).

(iii) Refere-se a prestação de serviço no período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025 junto à Rumo S.A. e à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresa grupo Rumo).

(iv) Refere-se a reembolsos de serviços compartilhados no período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025, junto à controlada, CLI Sul, no montante de R$9.448, (R$12.150 em 30 de setembro de 2025), conforme o contrato celebrado entre as partes.

Pagamentos baseados em ações

A Companhia oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo. Esses incentivos têm como objetivo alinhar os interesses dos executivos com os objetivos estratégicos da Companhia, incentivando a criação de valor sustentável e o atingimento de metas de desempenho no longo prazo.

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano") da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição ("vesting") é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. Consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.

2. Realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.

3. Alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

4. No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Conforme informado na nota explicativa nº 1, foi concluído o acordo para venda das ações da Companhia, sendo a efetivação da transação um "Evento de Liquidez" ocorrida em 1º de outubro de 2026. Com isso, nessa data, as 3.826.223 opções de ações foram convertidas em ações e integralmente adquiridas pelos executivos detentores das opções pelo montante de R$11.834 e, como ação subsequente, as mesmas ações foram adquiridas pela empresa pelo montante de R$32.988.

Em 30 de setembro, o montante de R$21.116 havia sido registrado como patrimônio líquido, na rubrica "reserva de capital". Em 1º de outubro de 2026, foi integralmente revertido como parte da recompra e cancelamento das referidas ações emitidas.

A despesa correspondente de R$17.664 foi registrada no resultado no período findo de 30 de setembro de 2026 como "Despesas gerais e administrativas", na rubrica "Despesa com pessoal". No exercício de 2025, foi registrado o montante de R$2.357.

No exercício de 2025 foram outorgadas 866.782 opções de compra de ações, cujo valor justo na data da outorga foi de R$4,16 por opção. Em 31 de dezembro de 2025, há 3.566.189 opções de compra de ações outorgadas a um preço médio de R$2,47 por opção.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
PIS	605	733	1.685	2.165
COFINS	1.988	2.871	8.301	9.350
IRPJ/CSLL (i)	6.676	331	23.386	15.268
Outros	30	11	427	408
Total	9.299	3.946	33.799	27.191

(i) Em 2018, a subsidiária, EPSA, sucedida pela CLI Sul após incorporação, entrou com ação liminar contra a decisão da Receita Federal do Brasil, que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e à contribuição social por estimativa. Em 2023, essa liminar foi derrubada, resultando no pagamento de R$12.850 realizado pela EPSA em 2023, sendo que R$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro.

O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A. e, uma vez que a Companhia compense ou restitua, deverá devolvê-lo. Ante o exposto, a Companhia mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025:

Nome da Investida	TOP S.A.	
Tipo de investimento	Controlada em conjunto	
% Participação	25%	
	30/09/2026	31/12/2025
Total do ativo	3.665	2.859
Total do passivo	3.415	2.609
Patrimônio líquido	250	250
	-	
Valor do investimento	63	63

Nome da controlada	CLI Sul S.A. (i)	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta	
	30/09/2026	31/12/2025
Número de ações (mil)	543.751	543.751
Tipo de ações	Ordinárias	Ordinárias
% Participação	80%	
Total do ativo	2.366.481	2.438.742
Total do passivo	1.726.053	1.789.656
Patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores	512.344	519.270
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores (i)	128.084	129.816
Lucro (prejuízo) do exercício/período atribuído à participação dos controladores	(6.926)	36.730
Valor do investimento	512.344	519.270

b) Movimentação dos investimentos:

	TOP S.A.	CLI SUL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63	595.262	595.325
Equivalência patrimonial	-	36.730	36.730
Redução de capital social na investida (i)	-	(104.000)	(104.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(8.722)	(8.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	63	519.270	519.333
Equivalência patrimonial	-	(6.926)	(6.926)
Saldo em 30 de setembro de 2026	63	512.344	512.407

(i) Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado a redução de capital da CLI Sul no montante de R$130.000, sendo R$104.000 destinado à Companhia e R$26.000 aos acionistas minoritários, conforme participações acionárias. O desembolso ocorreu em 30 de janeiro de 2025.

9. DIREITO DE USO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Concessão no porto de Itaqui	66.871	67.877	66.871	67.877
Concessão no porto de Santos	-	-	159.405	165.932
Outros	77	325	1.740	2.039
Total	66.948	68.202	228.016	235.848

Movimentação do direito de uso da controladora

		Controladora				
	Vida útil em anos	31/12/2025	Adição	Remensuração	Amortização	30/09/2026
Concessão no porto de Itaqui	15	67.877	-	3.819	(4.825)	66.871
Outros	2	325	-	-	(248)	77
Total		68.202	-	3.819	(5.073)	66.948

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adição	Remensuração	Amortização	31/12/2025
Concessão no porto de Itaqui	15	69.929	-	4.042	(6.094)	67.877
Outros	2	397	227	25	(324)	325
Total		70.326	227	4.067	(6.418)	68.202

Movimentação do direito de uso do consolidado

	Vida útil em anos	Consolidado 31/12/2025	Adição	Remensuração	Amortização	Baixa	30/09/2026
Concessão no porto de Itaqui	15	67.877	-	3.819	(4.825)	-	66.871
Concessão no porto de Santos	14	165.932	-	6.012	(12.539)	-	159.405
Outros	2	2.039	3.128	-	(1.393)	(2.034)	1.740
Total		235.848	3.128	9.831	(18.757)	(2.034)	228.016

	Vida útil em anos	Consolidado 31/12/2024	Adição	Remensuração	Amortização	31/12/2025
Concessão no porto de Itaqui	15	69.929	-	4.042	(6.094)	67.877
Concessão no porto de Santos	14	173.302	-	8.755	(16.125)	165.932
Outros	2	397	4.382	77	(2.817)	2.039
Total		243.628	4.382	12.874	(25.036)	235.848

10. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Terrenos, edifícios e benfeitorias	291	291	200.538	172.683
Móveis e utensílios	451	465	1.935	1.989
Computadores e periféricos	312	307	312	307
Máquinas, equipamentos e instalações	201.272	205.875	651.435	489.619
Obras em andamento	-	-	125.450	154.680
Total	202.326	206.938	979.670	819.278

Movimentação do ativo imobilizado da controladora

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	165	290	212.930	213.385
Adições	295	344	94	3.570	4.303
Depreciação no exercício	(4)	(44)	(77)	(10.625)	(10.750)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	291	465	307	205.875	206.938
Adições	-	6	24	3.736	3.766
Depreciação no período	-	(44)	(70)	(8.264)	(8.378)
Transferências	-	24	51	(75)	-
Saldo em 30 de setembro de 2026	291	451	312	201.272	202.326

Movimentação do ativo imobilizado consolidado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189.285	1.193	290	6.813	519.046	716.627
Adições	295	1.199	94	142.669	24.019	168.276
Depreciação no exercício	(16.897)	(403)	(77)	-	(53.446)	(70.823)
Transferências	-	-	-	5.198	-	5.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172.683	1.989	307	154.680	489.619	819.278
Adições	25.042	20	24	62.973	126.755	214.814
Depreciação no período	(18.729)	(105)	(70)	-	(33.842)	(52.746)
Transferências	21.542	31	51	(92.203)	68.903	(1.676)
Saldo em 30 de setembro de 2026	200.538	1.935	312	125.450	651.435	979.670

(i) Em 30 de setembro de 2026, o saldo de obras em andamento inclui R$1.765 (R$18.139 em 31 de dezembro de 2025), referente à adiantamentos à fornecedores vinculados ao plano de modernização das operações do Porto de Santos, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para 2029. Conforme previstos nos contratos firmados entre as partes, os adiantamentos compensados com os valores a pagar ao mesmo fornecedor, e o saldo é apresentado líquido por contraparte. Quando os valores a pagar excedem os adiantamentos, o saldo líquido é apresentado na rubrica de fornecedores (nota explicativa nº11).

Além disso, foram capitalizados juros nos nove meses findos em 30 de setembro de 2026 R$20.219 (em 2025, foi registrado o montante de R$14.107), que estão classificados como obras em andamento, tendo sido utilizado uma taxa de 9,14% para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização, que representa a taxa efetiva dos empréstimos. As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 - 15 anos

Em 30 de setembro de 2026, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Licença de operação	361.617	385.919	1.175.669	1.262.136
Outros	-	-	14.864	13.871
	361.617	385. 919	1.190.533	1.276.007

Movimentação do intangível:

	Controladora		Consolidado		
	Licença de operação	Total	Licença de operação	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	418.499	418.499	1.382.001	19.038	1.401.039
Adições	584	584	584	2.789	3.373
Amortização no exercício	(33.164)	(33.164)	(120.449)	(2.758)	(123.207)
Transferências para imobilizado	-	-	-	(5.198)	(5.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	385.919	385.919	1.262.136	13.871	1.276.007
Adições	624	624	624	1.137	1.761
Amortização no período	(24.926)	(24.926)	(87.091)	(1.820)	(88.911)
Transferências do imobilizado	-	-	-	1.676	1.676
Saldo em 30 de setembro de 2026	361.617	361.617	1.175.669	14.864	1.190.533

Licença de operação

Controladora

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui, bem como a mais valia do Contrato de Concessão, identificado em combinações de negócio, o qual será amortizado até 2037 de acordo com a vida útil do contrato de concessão.

Consolidado

Refere-se a ativo intangível relacionado à mais-valia dos contratos de concessão, identificado em combinações de negócios por ocasião da aquisição da extinta EPSA pela CLI Sul.

O montante será amortizado até 2037, em conformidade com a vida útil dos contratos de concessão detidos pela CLI Sul.

Os ativos intangíveis são amortizados com base linear ao longo de sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão (custo)	3,70%
Licença de operação (CLI Sul) e bens de concessão (mais valia)	7,53%
Outros	3,30%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais dos ativos intangíveis são revistos a cada data de relatório e ajustados, quando apropriado.

Em 30 de setembro de 2026, a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não existem indícios que justifiquem a constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	5.595	1.777	30.723	18.496
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	10.813
Outros	-	-	2.368	1.225
Total Fornecedores	5.595	1.777	33.091	30.534

12.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Assunção de dívida (a)	-	418	-	418
Provisão de estadia	-	-	8.302	4.671
Provisões diversas	1.122	1.388	4.168	5.481
Adiantamento de clientes	18	664	7.884	4.384
Retenções de bônus	1.687	3.598	1.687	3.598
Outros valores a pagar	2.931	1.281	3.187	1.533
Total Outras contas a pagar	5.758	7.349	25.228	20.085
Circulante	3.765	2.456	23.235	15.192
Não circulante	1.993	4.893	1.993	4.893

(a) Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de integrar o Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato celebrado entre as partes, a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020, dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. De acordo com o instrumento de assunção de dívida, o pagamento foi estruturado em 5 anos, dividido em 4 parcelas anuais, com início no primeiro semestre de 2021 e término em 2025. O montante restante em 31 de dezembro de 2025, foi liquidado em 9 de janeiro de 2026.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa média obtida foi de 12.70% a.a. para controladora e para sua Controlada foi de 15,13% a.a.

A movimentação de saldos de obrigações com arrendamentos a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	95.115	280.190
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.067	12.874
Adição	227	4.382
Apropriação de juros	11.090	38.062
(-) Pagamento de principal	(4.324)	(14.888)
(-) Pagamento de juros	(11.090)	(38.062)
Outros	-	674
Saldo em 31 de dezembro de 2025	95.085	283.232

	Controladora	Consolidado
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	3.819	9.831
Adição	-	3.128
Apropriação de juros	8.285	28.437
(-) Pagamento de principal	(3.740)	(12.158)
(-) Pagamento de juros	(8.285)	(28.437)
Outros	-	506
Baixa	-	(1.860)
Perda por baixa	-	34
Saldo em 30 de setembro de 2026	95.164	282.713
Circulante	12.539	39.873
Não circulante	82.625	242.840

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os arrendamentos:

Maturidade dos contratos Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2026	4.027	13.399
2027	15.966	52.569
2028	15.752	51.080
2029 até o término do contrato	126.497	380.794
Valor não descontado	162.242	497.842
(-) Juros embutido	(67.078)	(215.129)
Saldo em 30 de setembro de 2026	95.164	282.713

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026		30/09/2026	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	162.242	95.164	497.842	282.713
PIS/COFINS potencial (9,25%)	15.007	8.803	46.050	26.151

Outras divulgações:

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projeta nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 12,70% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Passivo de arrendamento				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	95.164	95.085	282.860	283.232
Fluxo com projeção de inflação	100.960	101.639	300.009	301.891
Variação	5.796	6.554	17.149	18.659

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Direito de uso				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	66.948	68.202	228.016	235.848
Fluxo com projeção de inflação	71.026	72.903	241.836	251.335
Variação	4.078	4.701	13.820	15.487
Despesa financeira				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(8.285)	(11.090)	(28.437)	(38.062)
Fluxo com projeção de inflação	(8.790)	(11.854)	(30.161)	(40.561)
Variação	(505)	(764)	(1.724)	(2.499)
Despesa de depreciação				
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	(5.073)	(6.418)	(18.931)	(25.036)
Fluxo com projeção de inflação	(5.382)	(6.860)	(20.078)	(26.676)
Variação	(309)	(442)	(1.147)	(1.640)

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL	2.600	6.373	2.627	6.859
ICMS	-	32	2.531	2.404
PIS/COFINS	-	-	651	5.029
ISS	1.173	581	4.503	4.031
Outros impostos a recolher	121	1.030	1.323	2.798
Total obrigações tributarias	3.894	8.016	11.635	21.121

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes sobre o resultado antes desses tributos, com os respectivos montantes reconhecidos no resultado, é demonstrada a seguir:

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	29.415	(28.644)	(4.684)	(33.033)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	(10.001)	9.739	1.593	11.231
Equivalência patrimonial	5.384	(2.355)	(1.115)	(1.987)
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	203	506	32	96
Amortização mais valia não dedutível	(2.726)	(8.177)	(2.726)	(8.177)
Juros sobre ações preferenciais	(5.119)	(20.616)	(4.676)	(18.604)
Obrigações trabalhistas não dedutíveis	8.910	-	-	-
Incentivos fiscais (Redução L.E + Reinvestimento SUDENE)	2.707	6.128	4.281	10.384
Outras diferenças permanentes, líquidas	2.136	1.973	10	1.119
Resultado de imposto de renda e contribuição social	1.494	(12.802)	(2.601)	(5.938)

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
IRPJ/CSLL Corrente	(4.691)	(20.055)	(3.453)	(8.208)
IRPJ/CSLL Diferido	6.185	7.253	852	2.270
Total	1.494	(12.802)	(2.601)	(5.938)

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	50.968	(21.276)	(8.632)	(36.450)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	(17.329)	7.234	2.935	12.393
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	203	506	32	96
Amortização mais valia não dedutível	(4.454)	(13.362)	(4.627)	(13.459)
Juros sobre ações preferenciais	(5.119)	(20.616)	(4.675)	(18.604)
Obrigações trabalhistas não dedutíveis	8.910	-	-	-
Incentivos fiscais (Redução L.E + Reinvestimento SUDENE)	2.707	6.128	4.281	10.384
Outras diferenças permanentes, líquidas	(1.019)	(1.792)	2.582	2.965
Reversão de reembolsos de partes relacionadas	-	-	-	2.244
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(16.101)	(21.902)	528	(3.981)
IRPJ/CSLL Corrente	(4.691)	(20.055)	(3.453)	(8.208)
IRPJ/CSLL Diferido	(11.410)	(1.847)	3.981	4.227
Total	(16.101)	(21.902)	528	(3.981)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das individuais e consolidadas. As alíquotas atualmente aplicadas para a determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Diferenças temporárias				
Provisão para demandas judiciais	601	622	601	622
Provisão para participação nos resultados	1.059	3.578	3.157	6.769
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	-	-	1.161	2.320
Demais provisões (“demurrage”, estadia e outras)	979	-	11.983	12.451
Passivo de arrendamento	9.594	9.140	23.176	21.053
Amortização mais valia	-	-	28.884	31.196
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	19.813	24.570
Outros	8.163	713	8.163	713
Tributos diferidos - Ativos	20.396	14.053	96.938	99.694
Diferenças temporárias				
Outros	-	(910)	-	(910)
Tributos diferidos - Passivos	-	(910)	-	(910)
Ativo fiscal diferido, líquido	20.396	13.143	96.938	98.784

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Ano:		
2026	4.159	7.718
2027	12.144	10.200
2028	3.510	13.925
	19.813	31.843

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estão disponíveis lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

Conforme estabelecido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a recuperação de ativos fiscais depende da geração de lucro tributável futuro. Considerando a incorporação da EPSA pela CLI Sul, concluída em abril de 2024, avaliou-se que há uma expectativa fundamentada de realização integral dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias ativas, com base na projeção de resultados tributáveis futuros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou cenários de estresses, incluindo reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros, sendo que todos demonstraram que os créditos serão recuperados em período inferior a 10 anos. Dessa forma, foi efetuado o reconhecimento integral de imposto de renda ativo diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias na controlada CLI Sul.

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A Companhia, desde janeiro de 2016, usufrui do benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Em 2023, a Companhia obteve a postergação de referido benefício até 2033.

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de juros (%)	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Debêntures (a)	(a)	422.643	405.935	1.850.641	1.715.951
Empréstimos bancários	(c)	182.137	162.384	182.137	162.384
Custos de transação		(5.402)	(6.200)	(41.920)	(46.378)
Total		599.378	562.119	1.990.858	1.831.957
Circulante		240.683	203.956	423.185	287.861
Não circulante		358.695	358.163	1.567.673	1.544.096

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	562.119	417.147	1.831.957	1.415.648
Captação (c)	-	159.950	-	432.167
Custos apropriados	797	1.063	4.457	5.724
Juros Incorridos	71.175	73.679	222.556	267.481
(-) Pagamento de principal	-	(21.000)	-	(61.000)
(-) Pagamento de juros	(34.713)	(68.720)	(68.112)	(228.063)
Saldo Final	599.378	562.119	1.990.858	1.831.957

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2026 são como segue:

	30/09/2026	
Ano	Controladora	Consolidado
2027	43.569	146.350
2028	59.837	170.957
2029	68.237	225.357
2030 a 2035	187.052	1.025.009
Saldo Final	358.695	1.567.673

(a) Emissão debêntures

(i) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R$420.000. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, são constituídas por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000. As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, com a primeira parcela paga em 10 de outubro de 2023 e a última a ser paga em 10 de outubro de 2031. A remuneração será de CDI+3,5% a.a., paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debêntures foram, inicialmente, garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da CLI Sul, com a incorporação da EPSA pela CLI Sul e sua consequente extinção. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a incidir sobre as ações da CLI Sul detidas pela Companhia. Ressalte-se que não houve qualquer alteração na cessão fiduciária de direitos creditórios.

(ii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, são constituídas por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, com a primeira parcela paga em 10 de outubro de 2023 e a última a ser paga em 10 de outubro de 2031. A remuneração anual será de CDI+3,2% a.a., com vencimentos em outubro de cada ano.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, foram inicialmente garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI Sul e a consequente extinção da EPSA. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI Norte") detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

(iii) Em 27 de outubro de 2023, a extinta EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários ("CRI"), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas iguais anuais a partir de 2031, e pagamento de juros semestrais. A remuneração será de IPCA+6,608% a.a. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte e CLI Sul.

Com a incorporação em 2024, a CLI Sul passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

(iv) Em fevereiro de 2025, a CLI Sul S.A. realizou a 3ª emissão de debêntures, no valor total de R$300.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas em série única.

As debêntures emitidas preveem pagamentos fixos de remuneração de IPCA + 8,5536% ao ano em 21 parcelas semestrais e consecutivas, a partir da data de emissão, com vencimento nos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro pagamento está previsto para 15 de agosto de 2029 e o último para 15 de agosto de 2035.

A amortização do valor nominal unitário atualizado ocorrerá em 7 parcelas, sendo a primeira amortização em 15 de agosto de 2029 e a última na data de vencimento das debêntures em 15 de agosto de 2035. A Companhia é garantidora fidejussória.

(b) Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Os "covenants" associados a emissão das debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul, preveem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, além de obrigações não financeiros de acordo com cada contrato, conforme segue:

(i) Segunda emissão de Debêntures da Companha: índice dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

(ii) Debêntures da CLI Sul S.A.: obrigações apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.

- Medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
- Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") consolidado mínimo de 1,20, apurado semestralmente.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores ("covenants" financeiros) sejam mensurados anualmente ou semestralmente foram adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2026.

Além dos “covenants” financeiros, os contratos de empréstimo da Companhia incluem cláusulas de “covenants” não financeiros, em linha com as práticas de mercado, as quais devem ser cumpridas e atestadas na mesma periodicidade dos “covenants” financeiros. Destaca-se que Companhia está em conformidade com todas as exigências contratuais, não havendo qualquer descumprimento que possa acarretar o vencimento antecipado dos contratos de empréstimo.

Devido a mudança de acionistas mencionado na nota explicativa nº 1, como condição precedente, foi obtido “waiver” dos credores autorizando a transferência de controle mediante a pagamento de prêmio correspondente a 0,10% sobre valor atualizado da dívida na data da autorização.

(c) Empréstimos bancários

Em novembro de 2025, a Companhia contratou operação de crédito junto a instituições financeiras, por meio da emissão de nota de crédito de exportação (“NCE”), no montante de US$29.832 mil (equivalente a R$159.950), a uma taxa de juros fixa de 5,49% a.a. O contrato foi estabelecido a curto prazo, com vencimento e liquidação definidos até novembro de 2026. Para mitigar o risco de exposição às variações de taxa de câmbio e juros sobre o valor justo da operação, a Companhia contratou instrumento derivativo na modalidade swap de taxa de juros, convertendo a obrigação originalmente pactuada em Dólares para Reais, e fixando os juros a uma taxa de CDI+1,00% a.a.

Não existem cláusulas de “covenants” ou garantias adicionais vinculadas ao contrato.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, seja por meio de pagamento ou outra forma de resolução da obrigação. O montante da obrigação foi estimado de forma segura, com base nas melhores informações disponíveis, 0considerando a natureza da despesa e as circunstâncias do evento que originou a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade das demandas judiciais leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência relevante, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas conforme as circunstâncias evoluem, incluindo, mas não se limitando, de acordo com o prazo de prescrição, as conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificação de exposições adicionais, que podem surgir de novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em relação aos processos judiciais originados de combinações de negócios, as provisões são estimadas a valor justo da data-base da aquisição, conforme as diretrizes aplicáveis.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a processos em curso, conforme descrito a seguir:

Provisão para demanda judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Tributárias	-	-	1.965	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	24.392	25.324
Trabalhistas	1.766	1.830	8.932	10.866
	1.766	1.830	35.289	38.155

Composição dos depósitos judiciais, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Tributárias	-	-	295	295
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	316	630
Trabalhistas	27	92	886	947
	27	92	1.497	1.872

A movimentação em 30 de setembro de 2026 referente a provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais, classificados como perda provável, é apresentada abaixo:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	1.172	1.172
Adição de provisão	-	-	495	495
Atualização monetária	-	-	163	163
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	1.830	1.830
Adição de provisão	-	-	288	288
Reversão de provisão/pagamentos	-	-	(478)	(478)
Atualização monetária	-	-	126	126
Saldo em 30 de setembro de 2026	-	-	1.766	1.766

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis e outros	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.511	31.581	17.213	52.305
Adição de provisão	1.965	-	2.429	4.394
Reversão de provisão/pagamentos	(3.511)	(6.460)	(10.318)	(20.289)
Atualização monetária	-	203	1.542	1.745
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.965	25.324	10.866	38.155
Adição de provisão	-	545	4.389	4.934
Reversão de provisão/pagamentos	-	(1.542)	(6.695)	(8.237)
Atualização monetária	-	65	372	437
Saldo em 30 de setembro de 2026	1.965	24.392	8.932	35.289

Na controlada CLI Sul, os processos jurídicos com fatos geradores anteriores a aquisição da extinta EPSA (novembro de 2022) pela CLI Sul, tem o direito de ser indenizada pelos antigos controladores. Com isso, adições ou reversões referentes a esses períodos são registradas contra ativo indenizatório, não impactando o resultado do período e o fluxo de caixa da Companhia. No período findo em 30 de setembro de 2026, o montante de R$3.237 (R$15.373 no exercício de 2025) foi revertido contra ativo indenizatório. O saldo de ativo indenizatório em 30 de setembro de 2026 é de R$31.421 (R$34.658 em 31 de dezembro de 2025).

Perdas possíveis

Composição das perdas possíveis, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Tributárias	-	-	33.982	26.606
Cíveis, regulatórias e ambientais	487	390	46.416	59.523
Trabalhistas	57	15	12.903	16.912
Total	544	405	93.301	103.041

Os principais processos classificados como possíveis estão destacados abaixo:

Tributárias: Disputas judiciais envolvendo, principalmente, a cobrança de ISS lavradas pela prefeitura municipal onde a Companhia possui operação.

Cíveis, regulatórios e ambientais: O montante de R$46.416 (em 31 de dezembro de 2025, R$59.523) refere-se a autuações aplicadas por órgãos ambientais federais com alegações de possíveis descumprimentos de normas e regulamentos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

18. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 totalizam R$505.782 de principal reconhecido no passivo não circulante.

Os juros incorridos nos nove meses findos em 30 de setembro de 2026 foram de R$60.864 (R$73.894 em 2025), não tendo havido pagamentos no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 (em 2025, foi pago o montante de R$74.000). O saldo remanescente de juros a pagar em 30 de setembro de 2026 é de R$60.864 (em 31 de dezembro de 2025, R$229).

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- Prioridade no recebimento de Dividendos: As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia (“Dividendos Prioritários”).

- Prioridade no reembolso de capital: as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrentes de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.

- Direito a Voto: As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.

- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.

- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).

- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social subscrito e Reserva de Capital

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$161.822 totalmente subscrito e integralizado. O capital está dividido da seguinte forma: (i) 144.855.320 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal ('ON') e; (ii) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R$45,00 cada.

	30/09/2026				31/12/2025			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	49.751.652	34%		0%	49.751.652	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	22.676.008	16%		0%	22.676.008	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	72.427.660	50%	11.239.603	100%	72.427.660	50%	11.239.603	100%
	144.855.320	100%	11.239.603	100%	144.855.320	100%	11.239.603	100%

Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária e após recomendação do Conselho de Administração, foi aprovado redução de capital, que resultou na conversão de 20.100.900 ações ordinárias em Ações Preferenciais classe B, desembolso de caixa no total de R$141.276, sendo R$49.000 de capital social pelo resgate integral das Ações Preferenciais Classe B e R$92.276 oriundo da reserva de capital.

Alteração societária subsequente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de outubro de 2026, foi concluído o processo de aquisição pela ADP Brazil Ports Holdco S.A., passando a ser a detentora de 100% das ações das ações ordinárias e preferenciais. Nesse processo, após a liquidação do plano de opções de ações, mencionado na nota 6, o capital social da Companhia é de R$161.832, totalmente subscrito e integralizado.

19.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída por meio de destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não podendo exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Dado o prejuízo acumulado da Companhia, não há constituído montantes de reserva legal.

19.3. Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício, equivalente aos incentivos fiscais, quando houver lucro contábil suficiente para a constituição, em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva poderá ser utilizada exclusivamente para absorção de prejuízos e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou por aumento de capital.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, devido ao fato de a Companhia não ter tido lucro contábil, não foi constituído reserva de incentivos fiscais.

19.4. Pagamento de dividendos e redução de participação de minoritários por redução de capital em controladas.

Em fevereiro de 2026, o Conselho de administração da controlada direta, CLI Sul, propôs a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2025 no montante de R$10.904, sendo R$2.181 a ser pagos a minoritários. Referida distribuição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2026 e efetivamente paga em junho de 2026.

19.5. Transação de capital

Conforme a interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, em perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Em decorrência da troca de ações mencionada na nota explicativa nº 1, referente à versão do acervo líquido da EPSA para a CLI Sul, na qual a participação da Companhia na CLI Sul passou de 100% para 80%, a Companhia registrou um montante de R$146.273 como transações entre acionistas no patrimônio líquido.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	30.909	(41.446)	(7.285)	(38.971)
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro (prejuízo) básico por ação (milhares)	144.855	144.855	144.855	146.917
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Ações preferenciais resgatáveis (milhares)	11.240	11.240	11.240	11.240
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opções de ações (milhares)	3.219	3.219	3.219	3.219
Resultado básico por ação - R$ ação	0,21	(0,29)	(0,05)	(0,27)
Resultado diluído por ação - R$ ação	0,19	(0,29)	(0,05)	(0,27)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como planos de opção de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 18). As ações ordinárias potenciais devem ser tratadas como diluidoras somente quando a sua conversão em ações ordinárias possa diminuir o lucro por ação ou aumentar o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

No período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025, dado que a diluição resultaria numa redução do prejuízo por ação, as ações ordinárias potenciais dilutivas não foram consideradas na determinação do resultado diluído por ação.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

			Consolidado	
	Classificação por Categoria	Nível	30/09/2026	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	740.929	740.929
Contas a receber	Custo amortizado	-	17.763	17.763
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	920	920
Outros créditos	Custo amortizado	-	7.974	7.974
Aplicações financeiras - Não circulante	Custo amortizado	-	11.394	11.394
Total			778.980	778.980

	Classificação por Categoria	Nível	Consolidado 30/09/2026 Contábil	Consolidado 30/09/2026 Valor justo
Passivos				
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	-	1.990.858	2.061.277
Fornecedores	Custo amortizado	-	33.091	33.091
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	282.713	282.713
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	31.677	31.677
Ações preferenciais	Custo amortizado	-	566.646	566.646
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	25.228	25.228
Total			2.930.213	3.000.632

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, o qual é obtido a partir da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos nos quais os juros são pós-fixados, o valor justo aproxima-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são classificados da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (que abrange risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo, apresenta-se a natureza e a extensão de cada um dos riscos mencionados, detalhando os procedimentos adotados pela Companhia para mitigá-los e gerenciá-los adequadamente.

21.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia a leva em consideração o nível de risco de crédito que está disposta a assumir no curso de seus negócios. Para mitigar riscos, a Companhia adota procedimentos voltados para a diversificação da sua carteira de recebíveis, a seletividade na escolha de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e a definição de limites individuais de posição.

Esses procedimentos têm como objetivo minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo a receber de clientes, promovendo maior segurança e controle sobre a exposição a riscos de crédito.

21.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, a Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

21.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem resultar em aumento das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como ao passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a realização da análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Adicionalmente, foram estimados cenários alternativos, com valorização adicional de 25% e 50% nas taxas do cenário provável, respectivamente para os cenários II e III, para os próximos 12 meses.

				Controladora		
				30/09/2026		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	13,54%	288.077	39.006	48.757	58.508
Aplicações financeiras - longo prazo	CDI	13,54%	11.394	1.543	1.928	2.314
Subtotal			299.471	40.549	50.685	60.822

				Controladora		
				30/09/2026		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Passivos financeiros						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,30%	95.164	4.092	5.115	6.138
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,54%	599.378	81.156	101.445	121.734
Subtotal			694.542	85.248	106.560	127.872
Total, líquido			(395.071)	(44.699)	(55.875)	(67.050)

				Consolidado		
				30/09/2026		
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	13,54%	677.909	91.789	114.736	137.683
Aplicações financeiras - longo prazo	CDI	13,54%	11.394	1.543	1.928	2.314
Subtotal			689.303	93.332	116.664	139.997
Passivos financeiros						
Passivo com arrendamentos	IPCA	4,30%	282.713	12.157	15.196	18.235
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	4,30%	485.156	20.862	26.077	31.293
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,54%	1.505.702	203.872	254.840	305.808
Subtotal			2.273.571	236.891	296.113	355.336
Total, líquido			(1.584.268)	(143.559)	(179.449)	(215.339)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora continuamente o risco de escassez de recursos e mantém um planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de assegurar que em seu ativo inclua saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora					
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/09/2026
Fornecedores	5.595	-	-	5.595	-	5.595
Empréstimos e debêntures	302.573	98.079	411.876	812.528	(213.150)	599.378
Passivo de arrendamento	15.766	15.766	130.706	162.238	(67.074)	95.164
Ações preferenciais resgatáveis	135.583	71.875	757.673	965.131	(398.485)	566.646
Partes relacionadas	175	-	-	175	-	175
Outras contas a pagar	3.765	1.993	-	5.758	-	5.758
Passivos financeiros	463.457	187.713	1.300.255	1.951.425	(678.709)	1.272.716

	Consolidado					
	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/09/2026
Fornecedores	33.091	-	-	33.091	-	33.091
Empréstimos e debêntures	656.825	352.965	1.936.890	2.946.680	(955.822)	1.990.858
Passivo de arrendamento	25.138	52.369	420.331	497.838	(215.125)	282.713
Ações preferenciais resgatáveis	135.583	71.875	757.673	965.131	(398.485)	566.646
Partes relacionadas	31.677	-	-	31.677	-	31.677
Outras contas a pagar	23.235	1.993	-	25.228	-	25.228
Passivos financeiros	905.549	479.202	3.114.894	4.499.645	(1.569.432)	2.930.213

c) Risco com taxa de câmbio

Em 30 de setembro de 2026, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/06/2025	30/09/2026	30/06/2025
Ativo				
Caixas e equivalentes de caixa	17.825	10.034	42.977	25.274
Clientes estrangeiros	4.457	7.024	13.486	18.947
Total	22.282	17.058	56.463	44.221

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 30 de setembro de 2026, de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
Taxa R$/US$	5,1444	5,2500	6.4305	7,7166
Ativos em dólar	Exposição US$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário II Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	3.465	366	4.457	8.913
Clientes estrangeiros	866	90	1.112	2.226
	4.331	456	5.569	11.139

	Consolidado			
Taxa R$/US$	5,1444	5,2500	6,4305	7,7166
Ativos em dólar	Exposição US$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário II Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	8.354	882	10.744	21.488
Clientes estrangeiros	2.621	274	3.368	6.739
	10.975	1.156	14.112	28.227

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de setembro de 2026 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R$5,2500/US$1,00. Os cenários I e II consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R$6,4305/US$1,00) e de 50% (R$7,7166/US$1,00), respectivamente.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (pronunciamento técnico CPC 40).

22. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece, conforme segue:

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Mercado Interno	33.139	92.347	16.910	53.050
Mercado Externo	58.029	131.247	50.166	136.491
Total de receita bruta	91.168	223.594	67.076	189.541
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(4.535)	(10.653)	(3.915)	(10.401)
Total de receita líquida	86.633	212.941	63.161	179.140

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Mercado Interno	132.800	293.577	88.502	265.222
Mercado Externo	186.187	463.393	161.823	446.869
Total de receita bruta	318.987	756.970	250.325	712.091
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(19.028)	(49.312)	(19.578)	(55.441)
Total de receita líquida	299.959	707.658	230.747	656.650

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

A composição das informações sobre as despesas e custos por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Matérias-primas e produtos	(1.050)	(2.700)	(1.899)	(4.023)
Despesa com pessoal (i)	(7.714)	(36.324)	(3.842)	(13.683)
Serviços de terceiros	(4.571)	(14.163)	(3.272)	(12.625)
Despesas com elevação	(7.298)	(12.991)	(7.903)	(23.201)
Gastos com rateio corporativo	(187)	(536)	(194)	(248)
Provisão para riscos e depósitos judiciais	(85)	(605)	(539)	(587)
Depreciação e amortização	(12.741)	(38.377)	(12.558)	(37.680)
Outras receitas (despesas)	(767)	(4.141)	(1.418)	(3.963)
Total	(34.413)	(109.837)	(31.625)	(96.010)
Custos dos serviços prestados	(24.557)	(63.545)	(25.211)	(74.019)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(9.793)	(46.051)	(5.798)	(21.326)
Outras receitas (despesas) operacionais	(63)	(241)	(616)	(665)
Total	(34.413)	(109.837)	(31.625)	(96.010)

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Matérias-primas e produtos	(10.112)	(30.411)	(8.187)	(23.579)
Despesa com pessoal (i)	(40.412)	(128.050)	(45.297)	(108.469)
Serviços de terceiros	(18.618)	(56.083)	(18.106)	(51.406)
Despesas com elevação	(28.429)	(61.041)	(25.184)	(68.081)
Gastos com rateio corporativo	(227)	(817)	(446)	(914)
Gastos com manutenção periódica	(6.560)	(22.156)	(5.290)	(22.437)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa e de obsolescência de estoque	279	3.408	(379)	(22)
Provisão para riscos e depósitos judiciais	(100)	(3.748)	(1.264)	(1.725)
Depreciação e amortização	(54.413)	(160.920)	(56.948)	(165.215)
Outras receitas (despesas)	(1.784)	(7.873)	(2.067)	(6.313)
Total	(160.376)	(467.691)	(163.168)	(448.161)

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Custos dos serviços prestados	(99.364)	(275.323)	(101.866)	(272.115)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(35.916)	(119.733)	(31.873)	(97.885)
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.096)	(72.635)	(29.429)	(78.161)
Total	(160.376)	(467.691)	(163.168)	(448.161)

(i) Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, a Companhia remensurou o plano de opções de ações, resultando no reconhecimento de despesa com pessoal de R$17.664.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas Financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	8.650	21.651	4.216	9.588
Outras receitas financeiras	-	1.333	61	194
Total das Receitas Financeiras	8.650	22.984	4.277	9.782
Juros sobre empréstimos e debêntures	(25.287)	(71.972)	(20.071)	(54.244)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(2.742)	(8.285)	(2.765)	(8.357)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(15.055)	(60.635)	(13.748)	(54.717)
Outras despesas financeiras	(3.791)	(5.573)	(208)	(695)
Total das Despesas Financeiras	(46.875)	(146.465)	(36.792)	(118.013)
Variação Cambial Líquida	(417)	(1.341)	(426)	(2.087)
Total Resultado Financeiro	(38.642)	(124.822)	(32.941)	(110.318)

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas Financeiras				
Receita sobre aplicação financeira	20.537	56.059	22.165	48.408
Outras receitas financeiras	275	2.155	1.044	1.441
Total das Receitas Financeiras	20.812	58.214	23.209	49.849
Juros sobre empréstimos e debêntures	(69.103)	(206.794)	(74.617)	(204.490)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(9.669)	(28.437)	(9.452)	(28.734)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(15.060)	(60.640)	(13.748)	(54.717)
Outras despesas financeiras	(15.166)	(19.711)	(386)	(1.577)
Total das Despesas Financeiras	(108.998)	(315.582)	(98.218)	(289.533)
Variação Cambial Líquida	(428)	(3.874)	(1.202)	(5.255)
Total Resultado Financeiro	(88.614)	(261.242)	(76.211)	(244.939)

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho de Administração, que também é responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade principal da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para a movimentação e elevação portuária, bem como na operação de gestão logística e de armazenamento de grãos. Essas atividades são divididas em duas concessões público-privadas distintas; o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consorcio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (CLI Sul).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, e seus resultados são avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Nesse contexto, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria, principal tomadora de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho de cada concessão, contemplam as seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) incluindo a depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) e impostos sobre o Lucro.

As tabelas a seguir apresentam informações financeira sumarizada dos segmentos operacionais da Companhia, conciliadas com as informações financeiras consolidadas, para os períodos findos de 30 de setembro de 2026 e de 2025:

	30/09/2026						
	Reconciliação ao lucro (prejuízo) líquido do período						
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/ amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	212.941	(63.545)	134.555	(38.377)	(124.822)	(12.802)	(41.446)
Operação Sul (i)	494.717	(211.778)	259.406	(122.543)	(136.420)	(9.100)	(8.657)
Eliminação equivalência	-	-	6.926	-	-	-	6.926
Consolidado	707.658	(275.323)	400.887	(160.920)	(261.242)	(21.902)	(43.177)

	30/09/2025						
	Reconciliação ao lucro (prejuízo) líquido do período						
	Receita Líquida (*)	Custo dos serviços prestados (*)	EBITDA (*)	Depreciação/ amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Lucro (Prejuízo)
Operação Norte	179.140	(74.019)	114.965	(37.680)	(110.318)	(5.938)	(38.971)
Operação Sul (*)	477.510	(198.096)	252.894	(127.535)	(134.621)	1.957	(7.305)
Eliminação equivalência	-	-	5.845	-	-	-	5.845
Consolidado	656.650	(272.115)	373.704	(165.215)	(244.939)	(3.981)	(40.431)

(*) Informações gerenciais regularmente reportadas e analisadas pela Diretoria Executiva para fins de avaliação de desempenho e alocação de recursos.

26. ITENS QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Outras transações que não envolveram caixa:				
Reserva de pagamento baseado em ações ("stock options")	17.664	-	17.664	-
Aquisição de imobilizado a prazo (fornecedores)	-	-	2.178	-
Transferências de intangível para imobilizado	-	-	1.676	2.414
Juros capitalizados	-	-	20.219	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	-	227	3.128	4.382
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	3.819	4.042	9.831	12.798
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	(3.894)	-

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de principal e juros das debêntures

Em 13 de outubro de 2026, a Companhia e sua controlada direta CLI Sul, realizaram à amortização das parcelas anuais referente à emissão das debêntures. O total amortizado foi de R$244.091, englobando principal e juros. Deste montante, a Companhia amortizou R$27.300, enquanto a CLI Sul amortizou R$48.000 e foram pagos juros de R$34.227 pela Companhia e R$134.564 pela CLI Sul.

Eventos relacionados a mudança de acionista

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de outubro de 2026 foi concluído o processo de venda das ações da Companhia, passando a ser detentora de 100% das ações ordinárias e preferencias a ADP Brazil Ports Holdco S.A., subsidiária da AD Ports Group.

Em consequência desse evento, foi efetuado a liquidação do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 6), com desembolso de caixa líquido de R$21.154. Como resultante da transação, o capital social da Companhia aumentou em R$10, passando para R$161.832 (vide nota explicativa nº 19).

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas a publicação em 9 de novembro de 2026.